



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Conselheiro-Substituto Antonio Carlos dos Santos
Segunda Câmara
Sessão: **26/9/2017**

84 TC-002175/026/15 CONTAS ANUAIS

Prefeitura Municipal: Itapuí.

Exercício: 2015.

Prefeito(s): José Eduardo Amantini.

Acompanha(m): TC-002175/126/15 e Expediente(s): TC-
009729/026/16, TC-018012/026/16, TC-019350/026/16 e TC-
021704/026/15.

Procurador(es) de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalizada por: UR-2 - DSF-II.

Fiscalização atual: UR-2 - DSF-II.

TÍTULO	SITUAÇÃO	(Ref.)
Ensino	27,92%	(25%)
FUNDEB	100,0%	(95%~100%)
Magistério	67,57%	(60%)
Pessoal	50,52%	(54%)
Saúde	28,50%	(15%)
Transferências ao Legislativo	2,76%	(7%)
Receita Prevista	R\$37.960.000,00	
Receita Realizada	R\$36.318.496,94	
Execução orçamentária	Superávit →0,23%	
Execução financeira	Déficit	
Remuneração dos agentes políticos	Regular	
Ordem cronológica de pagamentos	Relevado	
Precatórios (pagamentos)	Relevado	
Encargos sociais	Regular	

Relatório

Em exame, as **contas** prestadas pela **Prefeitura do Município de Itapuí**, relativas ao exercício de **2015**, que foram fiscalizadas pela equipe técnica da Unidade Regional de Bauru (UR-2).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

No relatório de fiscalização de fls. 10/58 foram anotadas as seguintes ocorrências:

Planejamento de Políticas Públicas

- ausência de Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; embora prevista dotação específica para atenção prioritária à criança e ao adolescente, não houve empenhos e pagamentos.

Controle Interno

- atuação precária do controle interno; falta de providências do chefe do Executivo a fim de regularizar as impropriedades mencionadas nos relatórios de controle interno.

Resultado da Execução Orçamentária

- incorreta contabilização dos rendimentos de aplicação financeira dos duodécimos.

Influência do Resultado Orçamentário sobre o Resultado Financeiro

- a Prefeitura não informou o motivo do cancelamento de Restos a Pagar Processados.

Dívida de Curto Prazo

- falta de liquidez face aos compromissos de curto prazo; ausência de informação do que se trata a movimentação do item "Outros".

Dívida Ativa

- divergências entre o Setor específico e os dados contabilizados.

Ensino

- a contabilização da movimentação dos recursos do FUNDEB apresenta percentual de aplicação de 105,22%, revelando falha contábil e financeira; após ajustes da fiscalização foi apurado aplicação de apenas 94,46% do FUNDEB recebido; despesas com o valor diferido registradas em códigos contábeis incorretos; glosas em despesas do Ensino com recursos próprios e em despesas do FUNDEB; ausência de depósito em conta vinculada de FUNDEB não utilizado em exercício anterior; existência de demanda de vagas na rede municipal de ensino.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Fiscalização de Natureza Operacional das Redes Públicas Municipais de Ensino

- redução do rendimento avaliado pelo IDEB; inexistência e/ou insuficiência de recursos pedagógicos e de apoio à atividade docente; quantidade máxima de alunos por turma não respeitada em diversas salas de aula.

Saúde

- glosas nas despesas de saúde; inexistência de Plano de Carreira, Cargos e Salários dos profissionais da Saúde.

Royalties

- falta de movimentação de recursos em conta específica.

Precatórios

- divergências na movimentação financeira; insuficiência de depósitos (discussão em processo judicial).

Encargos

- existência de regime jurídico misto, que abrange a estabilidade do estatutário com a segurança fundiária do celetista (FGTS).

Gasto com Combustível

- inexistência de demonstrativos e controles gerenciais que comprovem os dispêndios com combustível.

Tesouraria, Almoxarifado e Bens Patrimoniais

- divergências no valor informado pelo banco e os registros do município; existência de contas com saldo não informadas pela Origem e de várias contas inativas não conciliadas e não informadas ao Sistema AUDESP; falta de comprovação do saldo em estoque de medicamentos da farmácia do município; controles de registros de peças e serviços de manutenção de veículos precários e não fidedignos; ausência de realização do levantamento geral de bens móveis e imóveis e de fidedignidade dos valores registrados de bens móveis e imóveis no Balanço Patrimonial.

Transferências à Câmara dos Vereadores

- duodécimo de setembro de 2015 repassado após o dia 20 do mês correspondente.

Ordem Cronológica de Pagamentos

- desatendimento à cronologia das exigibilidades.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Licitações - Falhas de Instrução

- falta de publicação de extrato de contratos e aditivos; ausência de ARTs em processos que têm por objeto obras e serviços de engenharia; despesas realizadas com base em ata de registro de preço vencida.

Execução dos Serviços de Saneamento Básico, Coleta e Disposição Final dos Resíduos Sólidos

- falta de realização de tratamento de resíduos.

Cumprimento das Exigências Legais

- descumprimento de exigências legais relativas à transparência das contas públicas.

Fidedignidade dos Dados informados ao Sistema AUDESP

- falta de fidedignidade de dados lançados no sistema AUDESP.

Quadro de Pessoal

- nomeações para cargos em comissão que não se compatibilizam com as disposições constitucionais; ausência de requisitos mínimos para cargos em comissão; cargos em comissão com atribuições essencialmente técnicas.

Denúncias/Representações/Expedientes

Acompanham os autos os seguintes expedientes:

- TC-21704/026/15, que cuida de ofício encaminhado a esta Casa pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo comunicando a exclusão da Prefeitura Municipal de Itapuí do CEDIN - Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes, bem como a suspensão dos efeitos do Acórdão do Mandado de Segurança nº 2177315-93.2014.8.26.0000. A matéria foi tratada no item Precatórios do relatório;
- TC-9729/026/16, que alberga ofício do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB comunicando inadimplência do Município de Itapuí e solicitando fiscalização e acompanhamento em relação à aplicação dos recursos do Fundo. Indagada a respeito, a origem apresentou justificativas acerca dos apontamentos. A fiscalização sugeriu o acompanhamento do assunto ali tratado considerando a insuficiência de informações que comprovem as alegações do CEACS¹;
- TC-18012/026/16 e TC-19350/026/16, que tratam de ofícios

¹ O Relator das contas da Prefeitura Municipal de Itapuí já extraiu cópia integral do expediente TC-9729/026/16 para as providências de sua alçada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

dirigidos a este Tribunal pelo Ministério Público do Estado de São Paulo encaminhando cópias das Portarias de Inquéritos Cíveis que apuram, respectivamente, possível dano ao patrimônio público decorrente de desapropriação realizada pela Prefeitura Municipal de Itapuí e verificação da legalidade no provimento de cargos públicos no Município de Itapuí. A matéria relativa aos cargos foi tratada no item Quadro de Pessoal.

Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal

- entrega intempestiva de documentos ao sistema AUDESP; falta de atendimento às recomendações exaradas por esta Corte de Contas.

Após notificação por despacho publicado no DOE de 22/08/2016, o responsável pelas presentes contas, Sr. José Eduardo Amantini, apresentou as justificativas de fls. 67/117 e 120/136, que vieram acompanhadas dos documentos de fls.137/140, nas quais noticia o saneamento de algumas e contesta outras.

Assessoria técnica especializada (fls.147/150), após confrontar as alegações de defesa com a documentação disponível, verifica que parte das despesas glosadas do FUNDEB (FGTS e serviços de consultoria da empresa Graboski Advogados Associados) já foram objeto de análise quando da apreciação das contas do Município de Itapuí relativas ao exercício de 2014 (TC-83/026/14) e acolhidos no câmputo, conforme jurisprudência da Casa.

Constata que a glosa efetuada pela fiscalização foi efetuada do percentual ajustado (100%) e não do valor empenhado a maior (105,22%), destoando do decidido no processo TC-1358/026/11².

² Primeira Câmara - Sessão de 25/06/2013 - Rel. Cons. Renato Martins Costa



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Assim, efetuados os ajustes, apurou que o Município aplicou o correspondente a **27,92%** na manutenção e desenvolvimento do **ensino**, investiu o percentual de **67,57%** das receitas oriundas do FUNDEB com os **profissionais do magistério**, e empenhou durante o exercício de 2015, o equivalente a **100%** do total dos recursos recebidos do mencionado **Fundo**.

Assessoria Técnica, do ponto de vista econômico (fls.152/156), considera que as contas apresentadas não mostram uma situação de desequilíbrio entre receitas e despesas.

Observa que os resultados contábeis obtidos não prejudicaram o equilíbrio das contas, tendo em vista a melhora em relação ao exercício anterior e que o déficit financeiro³ corresponde a bem menos de 1 mês de arrecadação.

Conclui pela emissão de parecer **favorável** à aprovação da matéria em exame.

"Em relação ao ensino, verificou-se que a Municipalidade lançou, por conta dos recursos do FUNDEB, despesas que representavam 109,67% do valor recebido no exercício.

Tal excesso, ou seja, 9,67%, correspondentes a R\$1.950.245,27, foi por óbvio pago com recursos do Tesouro. Apesar de inadequadamente contabilizado tenho, como os Órgãos Técnicos desta Corte, que deva ser apropriado no ensino global.

No que tange às despesas com aquisição de uniformes, empenhadas na dotação do FUNDEB no importe de R\$5.930,10, penso, como SDG, que seu valor deve ser excluído do excedente acima indicado, já que não há como se precisar se tal despesa efetivamente foi paga com recurso do FUNDEB, dado o excesso de empenhos registrados à conta do referido Fundo.

Assim, entendo que deva ser incluído no ensino global o montante de R\$1.944.315,17 (R\$1.950.245,27 - R\$5.930,10) passando os gastos a representar 25,75% da receita resultante de impostos, restando aplicados 100% dos recursos do FUNDEB, sendo 62,94% no magistério."

³ Déficit Financeiro= R\$868.678,69.

RCL = R\$34.865.125,59 / 12 = R\$2.905.427,13 / 30 = R\$96.847,57 ~ 9 dias de arrecadação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Assessoria Técnica, sob o aspecto jurídico (fls. 157/162), verifica que foi superada, de acordo com o setor técnico, as incorreções no ensino e que a questão dos precatórios está sendo resolvida no âmbito do Judiciário.

Considerando que foram cumpridos os quesitos que norteiam esta Corte na apreciação da matéria em exame, manifesta-se, acompanhada de sua Chefia (fls.163), pela emissão de parecer **favorável** à aprovação das contas, sem embargo de recomendações.

O Ministério Público de Contas, em parecer lançado às fls. 164/168, opina pela **desaprovação** das contas da Prefeitura Municipal de Itapuí, (ausência de depósito em conta vinculada do ensino, situação econômico-financeira, dívida ativa e ausência de fidedignidade dos dados enviados ao Sistema AUDESP), com as recomendações propostas.

Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, do Ministério da Educação, levantados pela assessoria do Gabinete, a situação operacional da educação no Município é retratada pela Tabela 1.

Tabela 01 - Qualidade do Ensino

Índice Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica											
ITAPUI	Nota Obtida						Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015
Anos Iniciais	-	4,6	6,3	6,1	5,7	5,9	-	4,8	5,1	5,4	5,6
Anos Finais	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM

NM=Não Municipalizado

E, consoante dados do Censo Escolar 2005, a situação da infraestrutura escolar é a seguinte:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Descrição das Escolas	2012	2013	2014	2015
Número de Escolas Municipais	3	3	3	3
% Escolas com Lab. Informática.	33,3%	33,3%	33,3%	33,3%
% Escolas com Lab. Ciências.	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
% Escolas com Cozinha	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% Escolas com Biblioteca	0,0%	33,3%	0,0%	33,3%
% Escolas com Parque Infantil	0,0%	33,3%	33,3%	33,3%
% Escolas com Acesso à Internet	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% Escolas oferecendo Merenda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Na saúde, conforme dados da Fundação Seade, a situação operacional no Município mostra o seguinte:

Estatísticas Vitais e Saúde	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	2015	13,45	12,23	14,69
Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	2015	50,64	45,02	52,41
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2015	11,43	11,36	10,66
Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	2015	11,43	13,53	12,04
Taxa de Mortalidade da População de 15 a 34 Anos (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2015	111,66	97,72	109,44
Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2015	4.013,96	4.022,76	3.482,85
Nascidos Vivos de Mães com Menos de 18 Anos (Em %)	2015	8,67	7,34	6,25
Mães que fizeram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal (Em %)	2015	62,50	84,29	77,77
Partos Cesáreos (Em %)	2015	87,20	70,99	59,40
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %)	2015	11,04	9,08	9,15
Gestações Pré-Termo (Em %)	2015	5,74	9,41	10,63
Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes)	2016	1,90	3,04	1,28

Por fim, de acordo com publicação realizada por esta Corte de Contas, o Município de Itapuí apresentou os



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

seguintes indicadores relacionados ao Índice de Efetividade no exercício de 2015:

Indicador	Nota	Legenda	
i-Educ	B+	A	Altamente efetiva
i-Saúde	A	B+	Muito efetiva
i-Planejamento	C+	B	Efetiva
i-Fiscal	B	C+	Em fase de adequação
i-Amb	C+	C	Baixo nível de adequação
i-Cidade	C+		
i-Gov-TI	B		
IEGM	B		

Subsidiou o exame dos autos o acessório TC-2175/126/15 (acompanhamento de gestão fiscal).

Contas anteriores:

2012 – TC-001542/026/12 – Desfavorável, com recomendações;

2013 – TC-001610/026/13 – Favorável, com recomendações; e

2014 – TC-000083/026/14 – Favorável, com recomendações.

É o relatório.

Alns



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Voto

TC-002175/026/15

Os autos revelam que o Município de Itapuí cumpriu seu dever com a educação ao aplicar, segundo cálculos do Setor Especializado de ATJ (fls.147/150), **27,92%** da receita de impostos e transferências na **educação básica**, atendendo dessa forma ao que dispõe o artigo 212 da Constituição Federal.

Dos recursos provenientes do **FUNDEB**, parcela equivalente a **67,57%** foi destinada à **valorização do magistério**, tendo aplicado a totalidade no exercício, consoante setor especializado de ATJ, cumprindo-se, dessa forma, as regras instituídas pela Lei Federal nº 11.494/07.

Sobre a ausência de depósito em conta vinculada de recursos do FUNDEB não utilizados em exercício anterior, entendo que a questão, por ser a única pendência a macular a matéria em exame, deva ser excepcionalmente relevada em respeito ao princípio da anualidade das contas.

No mais, no exercício de 2015 a Municipalidade de Itapuí, conforme demonstrativo (fls.150/151) aplicou 27,92% dos recursos no setor, ou seja, 2,92% a mais do mínimo legalmente exigido.⁴

Demais disso, o Município aplicou nas ações e serviços de **saúde** o equivalente a **28,50%** da receita de impostos, atendendo, pois, ao artigo 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados pelos Municípios no setor.

⁴ 2,92% correspondem a R\$797.191,19, valor suficiente para cobrir a parcela de R\$737.542,97 relativa aos recursos não utilizados do exercício de 2011.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

As **despesas com pessoal e reflexos**, embora tenham superado o limite prudencial, ficaram abaixo do máximo fixado pelo artigo 20, inciso III, letra "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal, posto que correspondentes a **50,52%** da receita corrente líquida.

Os encargos sociais (INSS, FGTS e PASEP) do período, foram devidamente recolhidos.

Os repasses à Câmara Municipal, embora com atraso no mês de setembro de 2015, não ultrapassaram o limite máximo constitucional, tendo sido suficientes para cobertura das despesas do Legislativo.

Em relação aos precatórios, de acordo com as informações de fls.157/162 de ATJ, "a Prefeitura, submetida ao regime especial mensal de pagamentos, depositou a quantia de R\$684.779,87, em desacordo com a orientação do Tribunal de Justiça, tendo em conta a alíquota da Receita Corrente Líquida exigida para o exercício (14,31% a partir de janeiro de 2015). A questão foi objeto de Ação de Mandado de Segurança (nº 2177315-93.2014.8.26.0000), com pedido de liminar a fim de não gerar sequestro de valores da Municipalidade, com resultado final denegando a segurança. A Decisão foi, contudo, objeto de Recurso ordinário, ao qual foi concedido efeito suspensivo, a fim de sustar os efeitos do despacho que impôs sanções à Prefeitura pela não complementação da importância exigida."

Como a matéria está ainda sendo resolvida no âmbito do Judiciário, entendo que não possa comprometer as contas em exame.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

No tocante aos subsídios dos agentes políticos, constatou a fiscalização não terem ocorrido pagamentos imerecidos.

Os resultados contábeis foram considerados satisfatórios pela Assessoria responsável (fls.152/156).

Os serviços de abastecimento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgoto e os de coleta e de disposição final de rejeitos e resíduos sólidos são todos executados de forma direta pelo Município de Itapuí.

Justificativas para as impropriedades anotadas no relatório de fiscalização foram apresentadas pela defesa, que noticia o saneamento de algumas e contesta outras.

Feitas essas considerações, voto pela emissão de parecer **favorável** à aprovação das contas prestadas pela **Prefeitura Municipal de Itapuí**, relativas ao exercício de **2015**.

À margem do parecer, determino:

- a expedição de ofício à origem com as seguintes recomendações: a) contemple nas peças de planejamento verbas suficientes e adequadas ao atendimento à criança e adolescente; b) adote medidas para o efetivo funcionamento do controle interno e de realização de tratamento de resíduos; c) contabilize corretamente os rendimentos de aplicações financeiras e o saldo da dívida ativa; d) adote providências visando promover políticas públicas adequadas ao setor educacional e da saúde para suprir as deficiências apontadas; e) movimente em conta vinculada a receita de *royalties*; f) adote mecanismos de controle e individualização por veículo dos gastos com combustível; g)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

efetue levantamento das contas bancárias inativas e promova sua extinção evitando o pagamento de taxas, bem como o levantamento dos bens móveis e imóveis; h) observe o estabelecido na Lei de Licitações quando da realização de licitações e contratos, as disposições constitucionais relativas ao repasse dos duodécimos à Câmara e às atribuições dos cargos em comissão; i) atente para a cronologia das exigibilidades; j) sane as impropriedades referentes à transparência das contas públicas; k) atenda às recomendações exaradas por esta Corte de Contas; e l) evite que as impropriedades anotadas na instrução processual voltem a ocorrer; e

- à fiscalização averiguar na próxima inspeção a efetivação das várias providências noticiadas nos itens "Planejamento das Políticas Públicas".

Os expedientes que subsidiaram o exame das contas deverão ser arquivados.

Esta decisão não alcança os atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

É como voto.